

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE ANTÓNIO MARTINS DE OLIVEIRA



ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Documento Orientador



**CIDADANIA
E
DESENVOLVIMENTO**

ANO LETIVO

2025/2027

**“Ela [A Educação para a Cidadania] contribui para a formação
de cidadãos responsáveis, autónomos, solidários e~
conscientes dos seus direitos e deveres (...)”**

In Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania | 29 agosto 2025

ÍNDICE

PÁG.

1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO	4
3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	6
4. OPERACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	7
4.1. DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO	7
4.2. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA	7
4.3. METODOLOGIA DE TRABALHO	8
4.4. AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA/ÁREA DISCIPLINAR	9
4.5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	10
4.6. PARCERIAS E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	12
4.7. IMPLEMENTAÇÃO DA EECE	14
4.7.1. IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO	14
4.8. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	15
4.9. MATRIZ DE DIMENSÕES DA CIDADANIA	17
5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EECE	20

1. INTRODUÇÃO

A disciplina/área disciplinar de CeD, assume-se como um espaço curricular de excelência para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional: na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social, base da redação da Constituição da República Portuguesa.

As dimensões a trabalhar em CeD e as respetivas Aprendizagens Essenciais devem privilegiar o contributo de cada um para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competência consignados no documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. Este documento constitui-se como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual e alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI.

A escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade. Esta deve contemplar a integração e a ligação das diversas áreas do saber, transversais a toda a prática educativa, o que supõe, para além de uma dinâmica curricular própria, também uma vivência de escola, coerente e sistemática, alargada ao contexto em que esta se insere. Enquanto disciplinou área disciplinar, deve constituir um espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar ao nível dos Conselhos de Turma/Ano.

A Estratégia de Educação para a Cidadania (EECE) no Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira, procura ir ao encontro dos objetivos preconizados nos seus documentos estruturantes e orientadores da gestão educativa e da ação pedagógica.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO

A Educação para a Cidadania é reconhecida, na legislação portuguesa, como uma componente transversal e estruturante do currículo, devendo ser desenvolvida de forma integrada e progressiva ao longo dos diferentes níveis e ciclos de ensino.

O presente documento foi redigido segundo o espírito presente na legislação e documentos orientadores em vigor, nomeadamente:

- Aprendizagens essenciais da componente curricular de CeD do ensino Básico e Secundário- Despacho n.º 10637-A/2025, 9 de setembro;
- Despacho n.º 6173/2016, 10 de maio, que estabelece a criação do grupo de trabalho para conceber a ENEC; Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho;
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Dec. Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, com particular enfoque no que estipula no seu art.º 15.º;
- Portaria nº 223-A/2018 de 3 de agosto, art.º 11.º e anexo VIII, que procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de julho.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, que aprova a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC 2025), define como finalidades centrais:
 - promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais essenciais ao exercício de uma cidadania ativa, responsável e informada;
 - fomentar o respeito pelos valores da democracia, da igualdade e da dignidade humana;
 - assegurar a participação efetiva dos alunos e da comunidade educativa na vida da escola;
 - e fortalecer a ligação entre a escola e o meio envolvente.

A EECE, enquanto instrumento de planeamento e orientação estratégica, deve assegurar a concretização destas finalidades, articulando-as com o Projeto Educativo do Agrupamento, o Plano Anual de Atividades e o Regulamento Interno.

A sua elaboração e posterior aprovação pelo Conselho Geral garantem a legitimidade

democrática do processo e a participação representativa de todos os setores da comunidade educativa: direção, docentes, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, alunos, município e parceiros institucionais.

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A EECE do AEPAMOL assenta em princípios que traduzem a missão educativa da escola pública e os valores definidos na ENEC 2025. Estes princípios orientam a ação pedagógica e organizacional, assegurando uma abordagem integrada, inclusiva e coerente da cidadania em todos os ciclos e níveis de ensino. Assim, a EECE visa promover a formação integral dos alunos, através do desenvolvimento de competências, valores e atitudes essenciais à participação democrática, ao respeito pelos direitos humanos e à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Neste enquadramento, a EECE do AEPAMOL baseia-se nos seguintes princípios:

1. **Universalidade e inclusão** – a educação para a cidadania é um direito e um dever de todos os alunos, independentemente da sua origem, condição ou percurso escolar;
2. **Democracia e participação** – a escola deve ser um espaço de exercício real da cidadania, promovendo o diálogo, o pensamento crítico, a liberdade e a responsabilidade;
3. **Coerência e articulação curricular** – a cidadania deve integrar o currículo de forma transversal, articulando-se com as diferentes áreas disciplinares e não disciplinares;
4. **Sustentabilidade e corresponsabilidade** – todos os membros da comunidade educativa devem assumir a cidadania como um compromisso ético e coletivo;
5. **Contextualização e pertinência local** – a EECE deve refletir as características, necessidades e potencialidades específicas da comunidade educativa e do território onde o Agrupamento se insere.

Este documento foi redigido de modo a refletir os princípios da flexibilidade curricular, da coerência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e da participação da comunidade educativa. Assim, a Educação para a Cidadania deverá ser desenvolvida de forma integrada em todas as áreas de aprendizagem, podendo assumir carácter disciplinar ou transversal, garantindo a articulação entre saberes, competências e valores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2025, de 23 de outubro.

4. ESTRUTURA E ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

4.1. DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO

A fase inicial consiste na análise sumária e integrada das práticas existentes no domínio da cidadania, com base em informação já disponível no agrupamento. Este diagnóstico apoia-se em dados provenientes do Projeto Educativo, do Plano de Ação Estratégica, de relatórios de autoavaliação, planos de melhoria e registos de atividades e projetos desenvolvidos nos diferentes ciclos e estruturas.

A identificação de necessidades, fragilidades e boas práticas resulta da reflexão conjunta das equipas pedagógicas, do contributo dos representantes dos Encarregados de Educação em sede de Conselho de Turma, da coordenação de EECEE e, impreterivelmente, da participação dos alunos, quer de forma individual, quer em grupo. Este levantamento, pode, sempre que possível, ser realizado em articulação com os departamentos curriculares e as estruturas de orientação educativa. Sempre que possível, podem ser recolhidos contributos adicionais através de instrumentos de auscultação simplificados, como formulários eletrónicos breves ou reuniões específicas.

Este processo permite definir prioridades e estabelecer objetivos operacionais para o biénio, assegurando a continuidade de práticas já consolidadas e garantindo coerência com os documentos orientadores nacionais.

4.2. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

Com base no diagnóstico sumário realizado, devem ser definidos objetivos estratégicos e operacionais que orientem a implementação da EECE em todos os ciclos e níveis de ensino. Estes objetivos devem ser mensuráveis, realistas e articulados com as dimensões definidas na ENEC 2025, nomeadamente: Direitos Humanos; Democracia e Instituições Políticas; Desenvolvimento Sustentável; Literacia Financeira e Empreendedorismo; Saúde; Risco e Segurança Rodoviária; Media; Pluralismo e Diversidade Cultural.

A definição das prioridades deverá considerar, por nível de primazia:

- **o contributo dos alunos**, diagnóstico ao nível dos seus interesses e características, bem como da sua perceção da escola e de todo o espaço envolvente, local e/ou regional;
- **as orientações estratégicas do Projeto Educativo do Agrupamento**, garantindo coerência com a missão, visão e objetivos globais;
- **as possibilidades de articulação curricular e extracurricular**, potenciando sinergias entre disciplinas, projetos e parcerias externas;

- as necessidades e especificidades identificadas em cada ciclo e nível de ensino, promovendo equidade e continuidade nas aprendizagens;
- as áreas de cidadania já consolidadas no agrupamento, evidenciadas em documentos internos e relatórios de monitorização.

Cada prioridade deve ser acompanhada de metas operacionais claras, indicadores de progresso e responsáveis pela sua concretização, constantes no Plano de Turma de CeD, permitindo monitorização contínua e avaliação formativa da EECE.

A componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, regulada pelo Decreto-Lei n.º 113/2025, de 23 de outubro, pode assumir carácter autónomo, integrar-se com outras áreas ou ser abordada de forma transversal, desde que assegure a concretização sistemática das aprendizagens essenciais determinadas para as dimensões obrigatórias em todos os anos escolares e das restantes dimensões de gestão flexível, quer de CeD, quer das disciplinas intervenientes na concretização das atividades e/ou projetos definidos. Esta flexibilidade visa articular conteúdos, promover interdisciplinaridade, contextualizar os saberes e garantir coerência, progressão e qualidade pedagógica, em consonância com os critérios gerais de avaliação do Agrupamento. Este último aspeto releva para a importância estratégica do trabalho colaborativo em projeto, abrangente e unificador, faseado e sequencial, interdisciplinar e transversal ao nível curricular.

4.3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A Cidadania não se aprende através de processos teóricos nem de um ensino expositivo, neste contexto, é fundamental que a diversidade de metodologias e de práticas pedagógicas adotadas na escola deva ser indutora à aplicação em experiências reais de participação e de vivência da cidadania, de forma adequada a cada nível de educação e de ensino. Todas as turmas, independentemente do ano ou ciclo de ensino, devem ter como base de trabalho a metodologia de projeto.

Etapas	Descrição
1- Idealização e escolha do projeto.	De acordo com a metodologia de projeto deve partir de um problema identificado ou de uma necessidade, atendendo ao PE e à auscultação dos alunos. Definição pormenorizada do tema e seus objetivos, tendo em conta a transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade. Apresentação das propostas dos grupos e votação em Assembleia de Turma.
2- Planificação dos trabalhos/ações a desenvolver.	Deve ser rigorosa e ter em conta os objetivos e o horizonte temporal do projeto <ul style="list-style-type: none"> - calendarização das etapas do projeto, levando os alunos a estruturar o pensamento e a desenvolver o espírito organizativo, avaliando o grau de exequibilidade do produto final. - avaliação da relevância de parcerias, modelo e atribuição de funções. - recolha e tratamento de Informação.

3- Aprovação em CT	A planificação constante em PT de CeD, é apresentada em CT/CA, pelo docente da disciplina e/ou DT/PT, com a presença dos docentes, representantes de alunos e encarregados de Educação. Após análise, o documento pode ser reformulado, com correções e/ou contributos dos membros presentes em CT/CA. Numa fase final, o mesmo é aprovado e, só a partir deste momento, é iniciado o processo de concretização do projeto/atividade.
4- Realização/Produção do projeto/atividade	Desenvolver ações de forma a angariar parceiros que contribuam para a concretização e divulgação do projeto. Estabelecer momentos de avaliação do ponto de situação do projeto, o grau de concretização do planeamento, identificar lacunas e melhorar o processo de planificação das fases seguintes.
5- Apresentação de trabalhos / resultados	Apresentação à comunidade educativa e/ou local/regional deve ter correção científica ao nível dos conteúdos, ser criativa ao nível da forma, ter uma leitura clara, privilegiando suportes e materiais variados/diferenciados e sempre que possível ser interativa. Deve ser avaliada a aplicabilidade por grupos etários. Deve ser estimulada a cooperação entre os pares.
6- Reflexão/Avaliação /Discussão de resultados	Elaboração do ponto da situação (avaliação intermédia). Avaliação final em Assembleia de Turma e Conselho de Turma. Neste momento, de acordo com a fase do projeto, a planificação poderá ser reformulada. Esta fase poderá ocorrer no decorrer das diferentes etapas previstas.

4.4. AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA/ÁREA DISCIPLINAR

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é objeto de avaliação, em conformidade com a sua presença nas matrizes curriculares-base e no quadro da legislação em vigor, em consonância com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC 2025), as Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento (AECD), das restantes disciplinas intervenientes e os critérios gerais de avaliação do Agrupamento.

A avaliação deverá ser contínua e sistemática, adaptada aos alunos, às atividades e aos contextos em que ocorre. Os critérios de avaliação definidos consideram o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade, tendo em conta as características da turma. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas, instrumentos e processos de avaliação, valorizando o desenvolvimento das competências.

Ao nível da participação cívica, nível de intervenção, contributo positivo, capacidade de gerar concordância, momentos de reflexão e espírito agregador, a avaliação deverá, ainda, valorizar a evolução do desempenho no que respeitam a estes itens.

No ensino pré-escolar e 1º ciclo, a avaliação na componente de Cidadania e Desenvolvimento é da responsabilidade do professor titular. Nos 2º e 3º ciclos a avaliação é proposta pelo professor da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e é da responsabilidade do Conselho de Turma.

Nos cursos de educação e formação e ensino secundário e profissional, a componente de

Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação dos alunos nos projetos desenvolvidos objeto de registo anual no certificado do aluno. Devem registar-se os projetos desenvolvidos conjuntamente com uma escala do empenho demonstrado pelo aluno, a definir pelos professores das disciplinas envolvidas, a partir da aplicação de grelhas de registo.

No que concerne à definição da equipa destinada à elaboração das Provas de Equivalência à Frequência de CD e DAC, deverá por despacho de nomeação, emanado pela direção do agrupamento, ser dada primazia, à nomeação do coordenador de EECEE e Articulação Curricular, coordenador da mesma equipa.

4.5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve considerar os seguintes domínios, articulando-os com os critérios gerais do Agrupamento:

- **Competências Cognitivas:** compreensão, análise e aplicação dos conteúdos das diferentes dimensões da cidadania.
- **Competências Pessoais:** demonstração de atitudes como responsabilidade, autonomia, ética e respeito pelos outros.
- **Competências Sociais:** capacidade de colaborar em grupo, comunicar de forma eficaz e participar ativamente na vida escolar e comunitária.
- **Competências Emocionais:** autorregulação, empatia, resolução construtiva de conflitos e tomada de decisão responsável.
- **Alinhamento com Critérios Gerais do Agrupamento:** integração das normas e práticas avaliativas já estabelecidas, garantindo coerência com outros domínios disciplinares e metodologias de avaliação adotadas.

Os critérios de avaliação, as dimensões previstas, bem como os instrumentos de avaliação utilizados, encontram-se presentes na grelha de avaliação de CeD, construída de acordo com as matrizes definidas pelos órgãos competentes do AEPAMOL.

DESCRITORES DO PERFIL DOS ALUNOS					Processos de recolha de informação
Menções	5	4	3	2/1	
Critérios de Avaliação	Muito Bom	Bom	Suficiente	insuficiente	
Conhecimentos	Adquire com muita facilidade os conhecimentos e evidencia conhecimento esclarecido sobre as temáticas abordadas. Executa com muita autonomia as tarefas	Adquire com facilidade os conhecimentos e evidencia conhecimento sobre as temáticas abordadas. Executa com autonomia as	Adquire os conhecimentos e evidencia conhecer alguns dos temas tratados. Executa com ajuda as tarefas propostas com pouco rigor,	Adquire com muita dificuldade / não adquire os conhecimentos. Executa algumas das tarefas propostas sem rigor, pouca criatividade e	Trabalhos de pesquisa / investigação

	propostas demonstrando rigor, criatividade e sensibilidade estética. Interpreta com eficácia diferentes tipos de textos e documentos. Seleciona e organiza informação relevante de acordo com a tarefa ou temática abordada.	tarefas propostas demonstrando rigor, criatividade e sensibilidade estética. Interpreta diferentes tipos de textos e documentos. Seleciona e organiza informação relevante de acordo com a tarefa ou temática abordada.	demonstrando alguma criatividade e sensibilidade estética. Interpreta com dificuldade diferentes tipos de textos e documentos. Seleciona e organiza informação com alguma relevância de acordo com a tarefa ou temática abordada.	sensibilidade estética. / Não executa as tarefas propostas. Revela muita dificuldade na interpretação de diferentes tipos de textos e documentos. / Não interpreta textos. Não consegue selecionar e organizar a informação de acordo com a tarefa ou temática abordada.	Projetos Relatórios de atividades Portefólio Debates Observações
Resolução de problemas	Investiga, planifica e procura, de forma muito autónoma, soluções para problemas detetados, recorrendo a diferentes fontes. Analisa criticamente e com muita perspicácia situações sociais e o seu próprio desempenho. Argumenta e debate as suas ideias e soluções, de forma muito imaginativa e inovadora.	Investiga, planifica e procura, de forma autónoma, soluções para problemas detetados, recorrendo a diferentes fontes. Analisa criticamente e com perspicácia situações sociais e o seu próprio desempenho. Argumenta e debate as suas ideias e soluções, de forma imaginativa e inovadora.	Investiga, planifica e procura com ajuda, soluções para problemas detetados, recorrendo a diferentes fontes com ajuda. Tem dificuldade em analisar criticamente situações sociais e o seu próprio desempenho. Argumenta e debate as suas ideias e soluções, de forma pouco imaginativa e inovadora.	Não investiga, não planifica e não procura, de forma autónoma, soluções para problemas detetados recorrendo a diferentes fontes. Não consegue analisar criticamente situações sociais e o seu próprio desempenho. Não consegue argumentar e debater as suas ideias e soluções.	Assembleia de turma Outros ... Grelhas de registo de observação
Comunicação	Expressa opiniões, ideias e factos com muita clareza, utilizando vocabulário adequado às temáticas abordadas.	Expressa opiniões, ideias e factos com clareza, utilizando vocabulário adequado às temáticas abordadas.	Expressa opiniões, ideias e factos com pouca clareza, nem sempre utilizando vocabulário adequado às temáticas abordadas.	Tem dificuldade em expressar-se com clareza. / Não se expressa.	
Interação	Participa na vida da turma, escola e comunidade de forma muito oportuna, empenhada e adequada, cumprindo as regras estipuladas. Avalia o seu trabalho e reorienta a sua prática face à avaliação efetuada. Revela muita cooperação e capacidade de compreender, aceitar, tolerar e respeitar os outros e as suas diferenças. É assíduo, pontual, organizado e muito curioso. Apresenta sempre o	Participa na vida da turma, escola e comunidade de forma oportuna, empenhada e adequada, cumprindo as regras estipuladas. Avalia o seu trabalho e reorienta a sua prática face à avaliação efetuada. Revela cooperação e capacidade de compreender, aceitar, tolerar e respeitar os outros e as suas diferenças. É assíduo, pontual, organizado e curioso. Apresenta sempre o material	Nem sempre participa na vida da turma, escola e comunidade de forma oportuna e empenhada, não cumprindo, por vezes, as regras estipuladas. Tem dificuldade em avaliar o seu trabalho e reorientar a sua prática. Revela pouca cooperação e pouca capacidade de compreender, aceitar, tolerar e respeitar os outros e as suas diferenças.	Não participa na vida da turma, escola e comunidade de forma oportuna, empenhada e adequada, cumprindo as regras estipuladas. Não consegue avaliar o seu trabalho. Não coopera nem revela capacidade de compreender, aceitar, tolerar e respeitar os outros e as suas diferenças. É pouco assíduo e pontual. Não é organizado nem curioso. Não apresenta o material necessário.	

	material necessário.	necessário.	Nem sempre é assíduo e pontual. É pouco organizado e curioso. Nem sempre apresenta o material necessário.		
--	----------------------	-------------	---	--	--

Domínios e Ponderações		
Conhecimentos	Capacidades	Atitudes e Valores
25%	25%	50%

4.6. PARCERIAS E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

A implementação da EECE depende do envolvimento ativo da comunidade educativa e de entidades externas, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa das aprendizagens de cidadania. Entre estas entidades incluem-se: autarquias, instituições culturais e sociais, organizações não governamentais, associações juvenis e empresariais, selecionadas com base em critérios de pertinência, qualidade, sustentabilidade, interesse dos alunos e Comunidade Educativa e coerência com os objetivos da EECE. As parcerias devem acrescentar valor pedagógico e social, complementando as ações desenvolvidas internamente, e oferecer oportunidades de participação ativa, exercício de cidadania responsável e desenvolvimento de competências sociais, cívicas e éticas. A articulação com estas entidades deve ser formalizada sempre que possível, através de protocolos ou acordos de colaboração, garantindo clareza de objetivos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento.

Levantamento e identificação de parcerias

Para assegurar relevância e continuidade, sugere-se que o levantamento seja feito através dos seguintes procedimentos:

- **Mapear parcerias existentes:** identificar projetos e colaborações já realizados em anos anteriores, avaliando resultados e aprendizagens obtidas;
- **Consultar departamentos e ciclos de ensino:** recolher informação junto de docentes e coordenações de ciclo sobre colaborações atuais ou potenciais;
- **Auscular a comunidade educativa: obter contributos de alunos, encarregados de educação e pessoal não docente** sobre entidades com experiência ou interesse em participar em atividades de cidadania;
- **Analisar pertinência e sustentabilidade:** priorizar entidades cuja ação se alinhe com os objetivos da EECE, garantindo impacto positivo, viabilidade e continuidade;
- **Registar e sistematizar informações:** criar um quadro ou base de dados de parcerias, incluindo objetivos, atividades, contactos e histórico de colaboração.

O envolvimento da comunidade educativa deve ser contínuo e estruturado, assegurando que as decisões relativas a projetos, atividades e iniciativas de cidadania sejam partilhadas, valorizando

a diversidade de perspetivas e experiências. A monitorização da eficácia das parcerias e do seu impacto deve integrar-se nos mecanismos gerais de avaliação e autoavaliação do agrupamento, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

PRÁTICAS DE CIDADANIA A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS E QUE CONCRETIZAM, NA COMUNIDADE, AS APRENDIZAGENS A DESENVOLVER	PROJETOS	PARCERIAS
<p>Animação ao Centro de Saúde</p> <p>Animações em instituições da comunidade de seniores</p> <p>Campanhas de solidariedade</p> <p>Banco Alimentar</p> <p>Reciclagem de materiais</p> <p>Recolha de alimentos para instituições de defesa de animais</p> <p>Organização de feiras, palestras e workshops temáticos</p> <p>Participação em concursos de instituições diversas</p> <p>Realização de atividades de trabalho voluntário</p> <p>Participação em congressos e feiras de empreendedorismo</p> <p>Visitas de estudo</p> <p>Atividades desportivas</p> <p>Dramatizações</p> <p>Pesquisa orientada e produção de textos e imagens</p> <p>Visionamento de Vídeos, documentários e DVDs</p> <p>Presença na escola de membros da comunidade e convidados</p> <p>Leitura, análise e discussão de documentos de origem diversificada (DUDH, DUDC, Constituição da República Portuguesa, Regulamento Interno, ...)</p> <p>Preenchimento de inquéritos</p> <p>Aulas de exterior</p> <p>Outras...</p>	<p>ECO- ESCOLAS</p> <p>Projeto Make-A-Wish</p> <p>Justiça para tod@s</p> <p>"Operação Nariz Vermelho"</p> <p>Parlamento dos jovens</p> <p>Projeto "Future up"</p> <p>Jovens repórteres para o Ambiente</p> <p>Projeto PES</p> <p>Escolas anti-corrupção</p> <p>Concurso Geração Euro</p> <p>Projeto faqtos</p> <p>Orçamento participativo jovem</p> <p>Projeto MyPolis</p> <p>Projeto "Escola Anti-Bullying"</p> <p>Projeto "Crescer a Poupar"</p> <p>Projeto Plantar Lagoa</p> <p>Projeto "Vamos Ajudar a Unicef"</p> <p>Projeto: "Solidariedade com os Idosos"</p> <p>Projetos de Voluntariado</p> <p>Outros...</p>	<p>Parcerias constantes no Projeto Educativo do AEPAMOL</p> <p>Associação Discurso Paralelo (Projeto Mypolis)</p> <p>Casa do Impacto – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Inovação e Empreendedorismo Social)</p> <p>Portugal Inovação Social</p> <p>Comissão Comemorativa 50 anos do 25 de abril</p> <p>Agrupamento de Escolas Rio Arade</p> <p>Liga Portuguesa Contra o Cancro</p> <p>Hospital Particular do Algarve</p> <p>Hospital Barlavento – Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.</p> <p>Entdecken Sie Algarve – Editurismo (imprensa)</p> <p>Lagoa Informa</p> <p>Radio Lagoa</p> <p>Docapesca, Portos e Lotas, SA (Portimão)</p> <p>Teia D’Impulsos - Associação Social, Cultural e Desportiva de Portimão</p> <p>Escola de Artes Mestre Fernando Rodrigues</p> <p>Conservatório de Artes de Lagoa</p> <p>Clube Capoeira Muzenza Lagoa</p> <p>Academia de Judo do Arade</p> <p>Associação de Artes Marciais de Lagoa</p> <p>Sporting Clube Lagoense</p> <p>Escola de Futebol João Moutinho</p> <p>Clube de Rugby Universitário do Algarve</p> <p>Kayak Clube Castores do Arade</p> <p>Ideias do Levante</p> <p>Quinta dos Vales – Wine State</p> <p>Conserveira Arade</p> <p>Instituto Piaget – Ensino Superior</p> <p>Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT)</p> <p>Universidade Aberta</p> <p>Smart City Lagoa</p> <p>Liga dos Combatentes (LC)</p> <p>Escola de Transito</p> <p>Núcleo de Xadrez de Lagoa</p> <p>APEXA</p>

		APPDA Bombeiros Voluntários de Lagoa Guarda Nacional Republicana Proteção Civil U-First ADCL – Associação Desportiva e Cultural os Lagoenses
--	--	--

4.7. IMPLEMENTAÇÃO DA EECE

A implementação da EECE deve ser progressiva e articulada, assegurando a integração das dimensões de cidadania nos diferentes ciclos e níveis de ensino. Cabe ao coordenador de EECE e Articulação Curricular do AEPAMOL, assegurar a eficácia do exposto, através do recurso a reuniões periódicas com os intervenientes, nomeadamente com as coordenações dos departamentos curriculares, coordenações de ciclo e docentes de CeD bem como com representantes dos docentes que lecionam as disciplinas que integram o Plano de Inovação. Se necessário, está prevista a presença de membros da direção do agrupamento. A periodicidade destas reuniões não deverá ser inferior a 2 reuniões por ano letivo.

Para operacionalizar a implementação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- **Planeamento das ações:** cada atividade deve ter objetivos claros, responsáveis definidos, cronograma e recursos necessários;
- **Articulação curricular e interdisciplinar:** assegurar que as iniciativas de cidadania se integrem de forma coerente ao longo dos diferentes ciclos e modalidades de ensino;
- **Integração de parcerias externas:** formalizar colaborações através de protocolos ou acordos de cooperação, garantindo clareza de objetivos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento;
- **Acompanhamento contínuo:** a equipa de coordenação acompanha a execução das ações, identifica necessidades de ajustamento e promove a partilha de boas práticas;
- **Registo e documentação:** todas as ações implementadas devem ser registadas, incluindo participantes, objetivos, recursos utilizados e resultados alcançados.

A implementação deve assegurar a coerência e continuidade das práticas de cidadania já consolidadas, promovendo um desenvolvimento progressivo e articulado das competências dos alunos e valorizando a participação ativa de toda a comunidade educativa.

4.7.1. IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO

A implementação projetada no AEPAMOL para a EECE, tem carácter progressivo e articulado, assegurando a integração das dimensões de cidadania nos diferentes ciclos e níveis de ensino. A garantia da sua execução eficaz, cabe ao coordenador de EECE e Articulação Curricular. O

resultado deste acompanhamento e apoio, por parte do coordenador, em relação à qualidade e grau de consecução das ações previstas, é apresentado no final do ano letivo em sede de Conselho Pedagógico.

Para operacionalizar a implementação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- **Planeamento das ações:** cada atividade deve ter objetivos claros, responsáveis definidos, cronograma e recursos necessários;
- **Articulação curricular e interdisciplinar:** assegurar que as iniciativas de cidadania se integrem de forma coerente ao longo dos diferentes ciclos e modalidades de ensino;
- **Integração de parcerias externas:** formalizar colaborações através de protocolos ou acordos de cooperação, garantindo clareza de objetivos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento;
- **Acompanhamento contínuo:** a equipa de coordenação acompanha a execução das ações, identifica necessidades de ajustamento e promove a partilha de boas práticas;
- **Registo e documentação:** todas as ações implementadas devem ser registadas, incluindo participantes, objetivos, recursos utilizados e resultados alcançados.

A implementação deve assegurar a coerência e continuidade das práticas de cidadania já consolidadas, promovendo um desenvolvimento progressivo e articulado das competências dos alunos e valorizando a participação ativa de toda a comunidade educativa.

Operacionalização no currículo	Pré-escolar e 1º Ciclo	5º, 8º e 9º anos	6º e 7º anos	Ensino Secundário	PIEF 2+3, CEF TIPO 2 e Cursos Profissionais
CeD	Carácter curricular transversal	Plano de Inovação, em articulação com PT, TIC, CN, FQ, disciplina do DCSH e/ou DT	Disciplina autónoma	Disciplina autónoma	Carácter curricular transversal
Decisões sobre competências a desenvolver	Docente Titular de Turma, Conselho de Docentes, representantes dos EE e parcerias	Conselho de Turma e Conselho de Ano	Conselho de Turma e Conselho de Ano	Conselho de Turma	Conselho de Turma

4.8. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A EECE prevê o recurso a mecanismos sistemáticos de acompanhamento e avaliação, garantindo que os objetivos definidos são concretizados de forma eficaz e que as ações desenvolvidas produzem impacto significativo na aprendizagem e participação cívica dos alunos.

Instrumentos e procedimentos de monitorização

- **Registo de atividades e projetos:** manutenção de relatórios periódicos sobre todas as iniciativas;
- **Indicadores qualitativos e quantitativos:** definição de métricas claras para medir progresso, como número de projetos implementados, participação dos alunos, desenvolvimento de competências de cidadania e impacto na comunidade;
- **Contributos da comunidade educativa:** recolha regular de opiniões e perceções de docentes, alunos, encarregados de educação e parceiros externos, através de reuniões, questionários ou formulários eletrónicos breves;
- **Revisão documental:** análise de relatórios de avaliação anteriores, relatórios de autoavaliação e outros documentos de planeamento e monitorização.

Avaliação e reflexão

- **Avaliação anual:** análise integrada dos resultados obtidos, identificando sucessos, desafios e áreas de melhoria;
- **Reflexão coletiva:** realização de reuniões com docentes, coordenadores de ciclo, direção e representantes de alunos para discussão dos resultados e partilha de boas práticas;
- **Ações corretivas:** definição de medidas de melhoria ou ajustes necessários nas estratégias, projetos ou parcerias, garantindo a continuidade e aperfeiçoamento progressivo da EECE.

Integração na melhoria contínua

A avaliação integra-se nos mecanismos gerais de autoavaliação do agrupamento, assegurando que os dados recolhidos alimentam a reflexão estratégica e o planeamento futuro. Os resultados devem ser documentados e partilhados com todos os atores educativos, promovendo a cultura de melhoria contínua, reforçando a responsabilização coletiva e a sustentabilidade da EECE.

A monitorização, avaliação sistemática e reflexão contínua da EECE constituem instrumentos estratégicos de aperfeiçoamento, permitindo identificar sucessos, desafios e oportunidades de melhoria. Este processo reforça a qualidade das ações desenvolvidas e assegura que os objetivos definidos são alcançados de forma articulada e coerente, promovendo a participação ativa da comunidade escolar e a sustentabilidade da Estratégia ao longo dos diferentes ciclos e modalidades de ensino.

Instrumentos de Avaliação

Para operacionalizar a avaliação, são considerados diferentes instrumentos, adaptáveis ao ciclo ou nível de ensino, tais como:

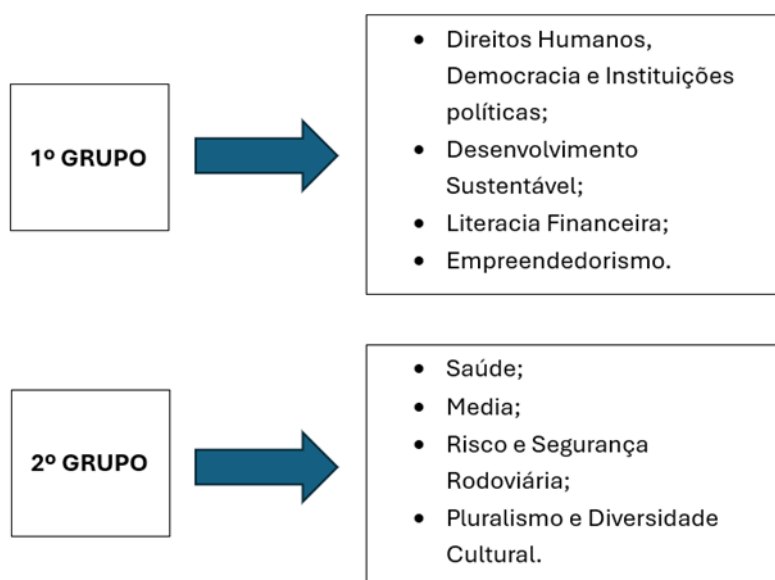
- **Observação direta:** acompanhamento dos contributos dos alunos, da gestão de conflitos, na resolução de problemas, no diálogo estabelecido com os intervenientes, na aplicação de diálogo formal com parceiros e/ou intervenientes, no conhecimento que tem da realidade económico-social local ou regional, na capacidade de avaliar/antever os passos na concretização da atividade/projeto, nos compromissos assumidos perante o grupo turma, do comportamento e das atitudes dos alunos em contextos de aprendizagem (Desenvolvimento Pessoal e Social).
- **Portefólios de cidadania:** recolha de evidências de participação em projetos, atividades e reflexões, como recurso adicional formativo, sem constituir obrigação generalizada.
- **Autoavaliação e Heteroavaliação:** incentivo à reflexão crítica dos alunos sobre o seu próprio desempenho e sobre o contributo dos pares.
- **Projetos e trabalhos de grupo:** avaliação do envolvimento em tarefas colaborativas, investigação e apresentação de resultados.

Integração na Estratégia de Educação para a Cidadania

A avaliação na disciplina contribui para o desenvolvimento progressivo de competências ao longo de todo o percurso escolar, em articulação com o PASEO. Os resultados obtidos devem orientar a adaptação de práticas pedagógicas, a melhoria da implementação da EECE e a promoção de aprendizagens significativas, reforçando a cidadania ativa, responsável e inclusiva.

4.9. MATRIZ DE DIMENSÕES DA CIDADANIA

De acordo com as Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento (DGE, 2025) e o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2025, de 23 de outubro, as dimensões da cidadania organizam-se em dois grupos:



Para orientar a aplicação da EEC em todos os ciclos e níveis de ensino, apresenta-se uma matriz de distribuição das dimensões da cidadania, baseada nas orientações da ENEC 2025, nas Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento, e no Projeto Educativo do Agrupamento.

Esta matriz constitui um referencial de planeamento, implementação e avaliação, orientando docentes, coordenadores e a equipa de coordenação na articulação de projetos, atividades e parcerias em todos os ciclos e níveis de ensino. Cada dimensão inclui competências associadas, exemplos de ações e indicadores de avaliação, permitindo monitorização, reflexão e melhoria contínua. A utilização desta matriz deve ser adaptada às especificidades de cada ciclo e nível de ensino, garantindo progressão e coerência das aprendizagens de cidadania.

Dimensão da cidadania (ENEC)	Competências associadas	Exemplos de ações e projetos	Ciclos/Níveis de aplicação	Justificação Pedagógica*
Direitos Humanos	Respeito pelos direitos e dignidade do outro; empatia; sentido de justiça.	Jogos e histórias sobre direitos, dramatizações, campanhas de sensibilização, projetos de defesa de direitos.	Todos os ciclos e níveis de ensino.	Promover uma cultura de tolerância, de respeito pela diferença e de defesa da dignidade humana, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida dos indivíduos, nomeadamente em questões relativas à igualdade de género, à origem nacional, étnica e social, contribuindo para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, as capacidades, os valores e as atitudes que lhes permitam compreender, exercer e defender os Direitos Humanos, assumindo o respeito por estes como responsabilidade de todas as pessoas, em defesa de sociedades em que exista coesão social, paz, justiça, liberdade e democracia.
Democracia e Instituições Políticas	Compreensão de regras coletivas; participação ativa; tomada de decisões; intervenção cívica.	Eleições de representantes de turma, conselhos de escola, debates simulados, projetos de participação cívica.	Todos os ciclos e níveis de ensino.	Assegurar que as crianças e os jovens conheçam as instituições democráticas nacionais, regionais e locais e sejam capazes de refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança democrática, bem como debater o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, num contexto de globalização e interdependência, assumindo a sua participação ativa na co-construção de um mundo pacífico e livre.

Desenvolvimento Sustentável	Consciência ambiental; responsabilidade social; promoção de hábitos sustentáveis.	Hortas escolares, reciclagem, campanhas ambientais, projetos de investigação e voluntariado ecológico.	Todos os ciclos e níveis de ensino.	Assegurar que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para um mundo ambiental e socialmente sustentável, que promova a conservação da natureza e da biodiversidade, o bem-estar animal, a preservação dos oceanos e a melhoria da qualidade de vida das populações, atendendo às necessidades das atuais gerações, assim como às das gerações vindouras.
Literacia Financeira e Empreendedorismo	Planeamento e gestão de recursos; iniciativa; criatividade; capacidade de inovação.	Jogos de poupança, simulações de compra e venda, miniempresas, concursos de empreendedorismo, projetos de inovação.	Todos os ciclos e níveis de ensino.	Promover a aquisição de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes no domínio financeiro e utilizá-los para tomar decisões informadas sobre recursos financeiros, orçamento, poupança e investimento, fomentando o espírito de iniciativa, a criação de valor, a proatividade, a curiosidade, a perseverança para alcançar objetivos, a ética e a responsabilidade social, no sentido de preparar as crianças e os jovens para enfrentarem desafios económicos e sociais do mundo contemporâneo.
Saúde	Promoção de hábitos de higiene, bem-estar e prevenção de doenças; responsabilidade individual e coletiva.	Atividades lúdicas sobre higiene e alimentação saudável, workshops, campanhas de saúde escolar, projetos de prevenção.	- Pré-escolar e 3º ano; - 6º e 9º ano; - Transversal a todos os anos do Ensino Secundário.	Pré-escolar e 1º Ciclo: Ligação aos temas de alimentação saudável e atividade física. 2º e 3º Ciclos: Desenvolvimento de hábitos de higiene e bem-estar emocional/ Prevenção de comportamentos de risco (alimentação, sexualidade, saúde mental). Ensino Secundário: Saúde mental, stress académico, estilos de vida saudáveis.
Risco e Segurança Rodoviária	Compreensão de regras de trânsito e segurança; prevenção de acidentes; responsabilidade pessoal e coletiva.	Jogos, dramatizações, campanhas de sensibilização, projetos de segurança rodoviária, atividades práticas sobre trânsito.	- Pré-escolar e 4º ano; - 6º e 7º ano; - 11º ano.	Pré-escolar e 1º Ciclo: Preparação para maior autonomia no trajeto casa-escola. 2º e 3º Ciclos: Reforço da segurança individual e responsabilidade cidadã/ Prevenção rodoviária adaptada a adolescentes. Ensino Secundário: Foco prático em condução responsável e prevenção de acidentes.
Pluralismo e Diversidade Cultural	Respeito pela diferença; valorização da diversidade cultural; inclusão.	Atividades interculturais, dramatizações, debates, eventos culturais, projetos de integração.	- Pré-escolar e transversal a todo o 1º Ciclo; - Transversal a todos os anos dos 2º e 3º Ciclos; - 12º ano.	Pré-escolar e 1º Ciclo: Projetos de inclusão e interculturalidade. 2º e 3º Ciclos: Projetos de inclusão e interculturalidade/ Debate sobre identidade, direitos humanos e convivência democrática. Ensino Secundário: Ética, cidadania global e diálogo intercultural.

Media	Pensamento crítico; análise e produção de conteúdos; literacia digital e mediática.	Criação de pequenas notícias de turma, jornais escolares, debates sobre notícias, produção de conteúdos digitais educativos.	- Pré-escolar e 4º ano; - 5º e 8º ano; - 10º ano.	Pré-escolar e 1º Ciclo: Literacia digital básica, identificação de fontes seguras. 2º e 3º Ciclos: Educação digital, combate à desinformação e cyberbullying/ Literacia mediática e análise crítica de conteúdos digitais. Ensino Secundário: Análise crítica da informação e responsabilidade digital.
-------	---	--	---	---

- As justificações pedagógicas das dimensões do 1º grupo, encontram-se definidas no documento “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Dec. Lei n.º 55/2018 de 6 de julho”

O trabalho a desenvolver nestas dimensões deverá ajustar-se, em cada nível de educação e ensino, à idade das crianças e jovens e ao contexto de cada comunidade educativa, para os diferentes níveis e ciclos de ensino, numa perspetiva de continuidade e articulação vertical, durante toda a escolaridade obrigatória. A escolha das atividades e projetos a desenvolver, passará impreterivelmente pela auscultação dos alunos, individualmente e em grupo, de modo a promover o sentido de participação cívica e responsável na construção do Plano de Turma de CeD. Para promover uma maior articulação entre a componente curricular de CeD e as demais componentes do currículo, são definidas Aprendizagens Essenciais para esta componente curricular, de modo a assegurar uma clarificação e priorização dos objetivos e aprendizagens a alcançar pelos alunos.

A distribuição das dimensões do 2.º grupo, no que respeita aos cursos PIEF 2+3, CEF TIPO 2 e Cursos Profissionais, cabe ao Conselho de Turma, após caracterização da turma e levantamento dos interesses/preocupações dos alunos, definir a(s) dimensão(ões) a lecionar nesse ano letivo, sendo que de acordo com o definido no ENEC, a distribuição das dimensões deste grupo, contemplará obrigatoriamente, a lecionação de cada uma delas em pelo menos um ano letivo. Assim, o Plano de Turma de CeD para estes cursos específicos, contemplará a totalidade dos anos de curso, de modo a monitorizar de forma eficiente, a distribuição das dimensões do 2.º grupo. Para assegurar a progressividade e a adaptação das aprendizagens de cidadania ao longo de todo o percurso escolar, apresenta-se a matriz por ciclos e níveis de ensino. Esta ferramenta organiza as oito dimensões da cidadania de forma articulada e progressiva, permitindo que cada dimensão seja consolidada e aprofundada de acordo com a faixa etária, o percurso escolar e as especificidades de cada ciclo ou nível de ensino.

A utilização desta matriz deve ser flexível e adaptada à realidade de cada ciclo, turma e contexto educativo, assegurando a coerência interna do Agrupamento e a consolidação de uma cultura escolar centrada na participação, no respeito pelos direitos humanos e na responsabilidade social.

Dimensão da cidadania (ENEC)	Pré-escolar e 1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos	Cursos Científico-humanísticos	Cursos Profissionais	CEF e PIEF
Direitos Humanos	Introdução	Desenvolvimento	Consolidação e Projeto	Ética profissional e prática	Cidadania activa e inclusão
Democracia e Instituições Políticas	Noções básicas	Participação e debates	Simulações, ação local	Participação em contexto laboral	Participação e exercício da cidadania
Desenvolvimento Sustentável	Hábitos e consciência	Projetos de sustentabilidade	Ação cidadã global	Responsabilidade social empresarial	Sustentabilidade e autonomia
Literacia Financeira e Empreendedorismo	Simples conceitos	Gestão de recursos	Projeto empreendedor	Ética e finanças no mundo profissional	Iniciativas de vida ativa e empreendedora
Saúde	Bem-estar e hábitos	Saúde e risco	Saúde coletiva e mediação	Segurança no trabalho e saúde profissional	Autonomia e saúde ao longo da vida
Risco e Segurança Rodoviária	Regras de circulação	Projetos, simulações	Iniciativas de sensibilização	Segurança no laboratório/trabalho	Cidadania e segurança global
Media	Início da literacia mediática	Análise crítica de media	Produção de media escolar e comunidade	Media, contexto profissional e cidadania digital	Media e literacia digital
Pluralismo e Diversidade Cultural	Identidade e respeito	Projetos de diversidade	Cultura, globalização e participação	Diversidade, cultura profissional e inclusão	Cidadania global e intercultural

Objetivos fundamentais da matriz por ciclos:

- **Garantir a progressão e continuidade das aprendizagens de cidadania ao longo dos diferentes ciclos**, assegurando uma construção gradual e coerente das competências essenciais;
- **Facilitar a articulação curricular e interdisciplinar**, promovendo a integração das dimensões da cidadania nas disciplinas, nos domínios de autonomia curricular e nas atividades de complemento educativo;
- **Assegurar que todas as dimensões essenciais da cidadania são contempladas** de forma adequada a cada nível de ensino, respeitando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos;
- **Servir de referência para a seleção de projetos**, parcerias e atividades extracurriculares, garantindo a coerência e pertinência pedagógica das ações desenvolvidas;
- **Orientar o planeamento e implementação das ações de Educação para a Cidadania** em cada ciclo e modalidade, articulando práticas, objetivos e resultados de forma integrada;
- **Fornecer referências claras de competências associadas**, exemplos de ações e indicadores de avaliação, que orientem o trabalho pedagógico e facilitem a monitorização e avaliação contínuas;
- **Valorizar a articulação entre currículo formal e não formal**, integrando a participação da comunidade educativa e de entidades parceiras na construção de experiências significativas de cidadania ativa.

As matrizes apresentadas constituem instrumentos complementares e estruturantes da EECE do AEPAMOL, permitindo uma visão integrada das dimensões da cidadania e a sua operacionalização progressiva ao longo de todos os ciclos e níveis de ensino.

A utilização articulada destas matrizes promove a coerência curricular, a interdisciplinaridade e o alinhamento entre projetos, parcerias externas e práticas pedagógicas. Simultaneamente,

reforça a cultura de participação, responsabilidade e reflexão crítica, que sustenta a missão da escola como espaço de formação integral e exercício democrático.

Mais do que instrumentos técnicos, estas matrizes representam um compromisso coletivo com os valores da cidadania ativa, dos direitos humanos, da inclusão e da sustentabilidade, orientando o Agrupamento na construção de uma comunidade educativa coesa, participativa e comprometida com o desenvolvimento pleno dos seus alunos.

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EECE

A avaliação da EECE do AEPAMOL é um processo contínuo e participativo, orientado para a melhoria da qualidade educativa e para aferir o impacto das ações desenvolvidas.

Para a monitorização, são definidos indicadores em articulação com as Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento, conforme disponibilizadas pela Direção-Geral da Educação, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 113/2025, de 23 de outubro, tais como:

- **o grau de concretização das ações planeadas;**
- **o nível de envolvimento dos alunos e da comunidade educativa;**
- **a eficácia das parcerias;**
- **a evolução das competências, atitudes e comportamentos dos alunos no domínio da cidadania.**

A recolha de informação é realizada com recurso a instrumentos, como registos de atividades, relatórios sintéticos, inquéritos breves (parceiros, alunos e encarregados de educação) e reuniões de reflexão em equipa docente. Sempre que pertinente, podem ser utilizados portefólios de cidadania, reunindo registos de participação em projetos, atividades e reflexões pessoais dos alunos, como recurso adicional de acompanhamento formativo, sem constituir obrigação para todos.

Os resultados devem ser analisados pelo coordenador da EECE e Articulação Curricular, integrados nos processos de autoavaliação do Agrupamento e apresentados de forma sumariada à Direção e ao Conselho Geral, orientando a revisão anual da Estratégia e a implementação de melhorias estruturadas ao longo dos diferentes ciclos e níveis de ensino.

Deliberação do Conselho Geral

Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira

Lagoa, 21 de novembro de 2025

O Coordenador da Articulação Curricular e Estratégia de Educação para a Cidadania

(Marco Aurélio Viegas Floro)

O Presidente do Conselho Geral

(Daniel Miranda Moreira)